PRONUNCIAMENTOS DA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA, DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA, DA 20ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR, REALIZADA NO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025, NO PLENÁRIO COSME DE FARIAS.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Sob a proteção de Deus e havendo número legal, declaro aberta a 71ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 20ª Legislatura, realizada em 22 de outubro de 2025.

Votação da Ata. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Leitura do Expediente, 1º secretário, vereador Claudio Tinoco.

SR. VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO): Não há Expediente nesta sessão, presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador.

Quero chamar a atenção dos vereadores líder do governo, líder da oposição e líder dos independentes, para que possamos fazer a inversão da pauta, para podermos votar os projetos e,

depois da inversão da pauta, voltarmos à sessão normal, com os Registros.

Pode ser feito, vereadora Aladilce?

(*A vereadora Aladilce Souza sinaliza estar de acordo.*)

Obrigado, vereadora. Vereador Kiki Bispo. O microfone do vereador Kiki, por favor.

SR. VEREADOR KIKI BISPO (UNIÃO): Sr. presidente, pela parte do governo, estamos de acordo com a inversão da pauta.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereador Kiki Bispo. Vereador Alexandre Aleluia está ausente? E o vice-líder? O vice-líder é o vereador Cezar, não é? Pode ser feita a inversão da pauta, Cezar?

(*O vereador Cezar Leite sinaliza estar de acordo.*)

Obrigado, Cezar.

Há sobre a Mesa as licenças das vereadoras Roberta Caires e Ireuda Silva. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovadas.

Cadê os projetos?

Vou pedir aos vereadores que tomem assento a seus lugares e pedir à imprensa que fique um pouco mais para trás do Plenário, por favor.

Projeto de Lei nº 394/2025, de autoria do Executivo Municipal, que institui a Política Municipal de Saneamento Básico, aprova o Plano de Saneamento Básico Integrado do

Município de Salvador, os seus instrumentos e dá outras providências. Com o Parecer Conjunto Favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; de Finanças Orçamento e Fiscalização; de Transporte, Trânsito e Serviços Públicos Municipais; de Saúde, Planejamento Familiar e Previdência Social; e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Com votos em separado.

Há emendas sobre a Mesa? Há três emendas sobre a Mesa, para que seja dado o parecer, presidente da Comissão de Constituição e Justiça, vereador Sidninho.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Sr. presidente, a gente vai querer discutir esse projeto. Vamos querer discutir os projetos.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Está certo, vereadora. Pode ficar tranquila. Débora. Os três de Débora.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SIDNINHO (PP)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Apresentadas três emendas à Comissão de Constituição e Justiça em relação ao PL nº 394/2025 pela vereadora Débora Santana.

Emenda nº 01. Acrescente-se o Inciso XIX ao Art. 5º do Projeto de Lei nº 394/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Inciso XIX - integração das ações de saneamento básico com a Vigilância em Saúde, em especial com a Vigilância Ambiental, a fim de prevenir e controlar doenças e agravos relacionados à água, ao esgotamento sanitário e aos resíduos sólidos, conforme diretrizes do Sistema Único de Saúde.

Emenda nº 02. Acrescente-se o § 3º ao Art. 15 do Projeto de Lei nº 394/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

§ 3º O Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado deverá priorizar ações nas áreas de maior vulnerabilidade sanitária e social, considerando dados epidemiológicos e ambientais produzidos pela Secretaria Municipal de Saúde com vistas à prevenção de doenças de veiculação hídrica e à promoção de saúde pública.

Emenda nº 03. Acrescente-se o seguinte artigo após o Art. 30 do Projeto de Lei nº 394/2025, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art.30-A. O Poder Executivo, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, promoverá programas de educação sanitária

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

e ambiental junto às comunidades, escolas e unidades de saúde, com o objetivo de incentivar boas práticas de higiene, manejo de resíduos e uso racional da água, contribuindo para a redução de doenças relacionadas ao saneamento inadequado.

Parágrafo único. As ações de que trata este artigo poderão ser executadas em parceria com universidades, instituições de pesquisa e organizações da sociedade civil.

Todas as três emendas aprovadas, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Obrigado, vereador Sidninho.

Colhendo votos na Comissão de Constituição e Justiça. Como vota a vereadora Aladilce?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Contra o relator. Não consegui ver a emenda, não estudei as emendas, por isso estou votando contra.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Como vota o vereador Maurício Trindade? Com o relator. Como vota o vereador Rodrigo Amaral? Com o relator. Como vota o vereador Julio Santos? Com o relator. Como vota o vereador Duda

Sanches? Com o relator. Como vota o vereador Omarzinho? Com o relator. Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final.

No Plenário. Em única discussão. Para discutir?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Vereador Hamilton. Em seguida, a vereadora Aladilce.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Hamilton e vereadora Aladilce por dez minutos.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Vereador Sílvio. E mais alguém, gente, da bancada? Vereador Hamilton, Aladilce e Sílvio.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora Aladilce, vereador Hamilton e vereador Sílvio, por dez minutos. Podem ficar à vontade. Quem será o primeiro? Hamilton? Vereador Hamilton, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Boa tarde a todos e todas presentes aqui. Boa tarde à Mesa, na figura do presidente Carlos Muniz, aos que estão nos

assistindo pela TV Câmara e nos ouvindo pela Rádio Câmara também.

Nós já havíamos levantado várias discussões em torno desse debate, desse projeto que vai ser votado neste momento. Nós consideramos, a partir de análises técnicas, inclusive de sugestões do Ministério Público, que o projeto que está sendo trazido a voto precisaria passar por um debate mais público, principalmente quando se trata do planejamento do saneamento básico da nossa cidade, que é uma discussão muito controversa.

Existe em curso uma disputa, que nós sabemos que aparentemente parece resolvida, mas que tem um caráter e um conteúdo que nós estamos questionando, na medida em que parte do projeto que está sendo apresentado, e o conteúdo desse plano, apresenta elementos que, na nossa avaliação, propõem ou abrem espaço para o processo de privatização do saneamento básico e da distribuição de água na nossa cidade.

Nesse sentido, um projeto com essa envergadura, com esses objetivos, precisaria ser debatido mais amplamente na nossa sociedade. Nós temos especialistas, a exemplo do professor Muniz, que é um professor da Universidade Federal da Bahia, que está aposentado, mas que tem acompanhado — que nesse momento, inclusive, não está aqui no Brasil, mas estava retornando. Inclusive, nós o convidamos para participar da nossa audiência, que era uma audiência que nós estávamos tentando

promover, no sentido de fazer o debate sobre o projeto, para que a gente pudesse, de certa forma, ter mais segurança naquilo que a gente estaria debatendo, para colher mais elementos técnicos que a gente considera importantes e fundamentais, para que essa discussão fosse feita aqui, de certa forma, no Plenário e com toda a sociedade.

Em primeiro lugar, as diretrizes e princípios propostos na proposição ora analisada, merecem atenção quanto à falta de alinhamento com os interesses públicos, especialmente no que diz respeito à lógica de gestão e à formação de prestação dos serviços públicos de saneamento básico.

Os termos como eficiência e sustentabilidade econômica são amplamente utilizados no texto legal, mas inseridos em uma narrativa que tende a priorizar a validade financeira em detrimento da justiça social. Nós colocamos isso, inclusive, no nosso parecer, que nós fizemos, de voto contrário, quando esse projeto foi a debate na Comissão de Transportes e Serviços Públicos, da qual nós fazemos parte, Sr. presidente.

Fomos, de certa forma, e lançamos todas as nossas preocupações ali naquela direção. Por quê? Porque um objeto desse, dessa importância e magnitude, que vira objeto de interesse da iniciativa privada, o que vai estar em jogo não é o social, não é se a comunidade X ou a comunidade B, se o cliente

X ou o cliente Y vai ter acesso à água. Mas, sobretudo, o que vai estar em jogo é quanto essas empresas vão ganhar.

Ou seja, o lucro vai estar acima do interesse social. Esse é o debate que nós estamos querendo fazer aqui e é por isso que nós estamos nos posicionando contra a votação desse projeto neste momento.

Na prática, a formulação proposta pela Prefeitura pode resultar na elevação de tarifas, na busca por retorno financeiro e na concessão dos serviços a operadores privados, tratando o saneamento como uma mercadoria, e não como um direito. Tal abordagem fragiliza o compromisso com a universalização e com o atendimento equitativo da população, especialmente dos segmentos mais vulneráveis.

Como crítica central, destacamos que esta construção abre brechas, evidentemente, à privatização e à mercantilização de um serviço essencial e constitucionalmente reconhecido como direito fundamental. Neste sentido, nós consideramos necessário que haja mais debate público para que a revisão destes princípios atenda — tendo em vista a obrigatoriedade de assegurar o interesse público — a eficiência social e não a eficiência do lucro e ambiental e econômica sob a gestão pública.

Portanto, fica aqui o nosso apelo, o apelo do Partido Socialismo e Liberdade, da nossa bancada, da bancada de oposição, porque nós entendemos que água é fundamental nas

nossas vidas. Esta cidade que já foi conhecida como a cidade das águas, esta cidade que já teve um manancial que lhe conferiu este nome, ela precisa ser resgatada, sobretudo porque vem se fazendo, no planejamento urbano desta cidade, ao longo dos anos, uma destruição dos nossos rios, lagos, córregos e riachos, que vem sendo sistematicamente soterrados e, pior do que isso, eles vêm sendo cobertos, principalmente nas avenidas de vale.

Então, é importante que a gente pense sobre isso. É importante assegurar que um recurso natural que é fundamental para a existência humana não seja transformado em mercadoria e, sobretudo, que o poder público assegure o seu benefício social e histórico. Eu acho que isso, sim, deveria ser o nosso desejo principal aqui, presidente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereador Hamilton.

Vereador Silvio Humberto? Aladilce? Vereadora Aladilce, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, quero saudar também as pessoas presentes nas Galerias. Nós temos aqui, Sr. presidente, representantes de entidades ambientalistas, está aqui o Iamba, Instituto de Ação Ambientalista da Bahia, temos aqui a Confederação Nacional de Moradores, temos também Cajaverde, que é uma instituição também da luta ambiental na nossa cidade, que estão representando — tem mais alguém aí? — um coletivo de mais de 30 entidades que vem acompanhando o movimento desta Casa desde sempre e, nos últimos dias, vem se reunindo e discutindo os projetos que estão na pauta.

Este projeto que nós estamos em discussão agora, o plano, a política e o plano de saneamento é um deles, mas essas entidades estão acompanhando a tramitação também do Projeto nº 424, do PDDU de Cidades Inteligentes, dos projetos de desafetação, enfim, de toda esta legislação que altera parâmetros urbanos e da Lei de Uso do Solo. E querem, inclusive, Sr. presidente, fazer a entrega de um documento, assim que for possível durante essa sessão, demonstrando a opinião deles em relação a esta pauta que é tão cara à cidade.

Nós queremos chamar a atenção que nós estamos, no momento, na expectativa da revisão do PDDU, que é o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano, e toda esta pauta que está aqui, todos estes projetos, inclusive este de saneamento, é

matéria do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e, portanto, não deveria estar sendo votado em separado. Nós não deveríamos estar fazendo este debate retalhado, alterando a política de desenvolvimento da nossa cidade.

Então, quero deixar aqui, primeiro, registrado isso, que a Prefeitura de Salvador está atuando e está levando esta Casa a uma atitude, a um processo de se adiantar ao processo legítimo e à exigência legal de revisão do PDDU.

Entrando, então, no aspecto do Plano de Saneamento, o projeto que está em votação, nós queríamos dizer que, embora esse projeto já esteja tramitando aqui na Casa há algumas semanas, nós, a Câmara, não fizemos o nosso dever de casa do ponto de vista de abrir a discussão com a cidade. A Política Municipal de Saneamento e o Plano Municipal de Saneamento, essa área, é uma política vital, é uma política importantíssima, central na vida das pessoas. Saneamento compreende coleta de resíduos sólidos, compreende abastecimento de água, esgotamento sanitário e outros aspectos que estão relacionados com essa política. Portanto, é de grande interesse da sociedade, especialmente em um quadro que nós estamos de emergência climática.

Então, Sr. presidente, esse foi o meu apelo na reunião do Colégio de Líderes: nós não poderíamos estar levando à votação esse projeto sem abrir a discussão ampla com a sociedade. Ainda

que a Prefeitura tenha feito lá atrás audiências públicas, isso não nos exime de abrir o debate com a sociedade. Aliás, nós que somos a caixa de ressonância do povo, nós que temos essa característica de representar todas as correntes de ideias que existem na sociedade, nós temos também que ter a sensibilidade de ouvir a população em relação aos projetos que a gente aprova aqui. Então, eu quero deixar registrada a minha irresignação em relação a nós não termos realizado audiências públicas sobre essa política, antes de votar.

O vereador Hamilton programou uma audiência pública, para essa semana, já está com a data anunciada, sobre esse projeto, e nós não temos tempo, não temos a oportunidade de ouvir a população nessa audiência já convocada. Então, eu quero dizer que não basta, não basta. Os vereadores e vereadoras, por mais informados, por mais convencidos que estejam do teor da matéria, nós temos, vereador Palhinha, a obrigação de ouvir o cidadão. Você teria a obrigação de ouvir o povo lá de Paripe e de Periperi. Por quê? Porque, afinal de contas, quem vai pagar a conta, depois que privatizarem o sistema de abastecimento de água, é o povo.

Então, eu quero dizer que eu sinto profundamente que nós estejamos na iminência de votar um projeto sem ouvir a população, porque a Casa não ouviu a população. Está legitimada essa decisão pelo Colégio de Líderes, respeito, mas eu fiz um

apelo para que a gente, pelo menos, realizasse uma audiência pública porque, minimamente, nós estaríamos dando alguma legitimidade a esse projeto que está indo à votação, projeto elaborado pelo Executivo e emendado aqui, também, nesta sessão plenária.

Eu quero dizer que concordo aqui com as questões que foram colocadas pelo vereador Hamilton. Um dos objetivos principais desse projeto é abrir a perspectiva da privatização do sistema de abastecimento de água e esgoto. E olhe que nós já pagamos caro, a população paga caro pela taxa de resíduos sólidos. Nós não temos, inclusive, um serviço à altura do que nós teríamos direito, e agora nós estamos vendo a perspectiva de uma privatização do sistema de água e esgoto. Embora seja um pouco difícil, e o município vá enfrentar dificuldades, porque essa questão da Política de Saneamento e de Abastecimento de Água não pode ser tomada isoladamente por um município apenas.

Então, eu quero chamar a atenção e dizer que a nossa bancada vota contra. Primeiro, porque nós não estamos ouvindo a população. Segundo, porque também é um projeto que tem essa relevância social e não foi submetido ao Conselho da Cidade. Eu vou aqui repetir 500 vezes se for necessário: a Prefeitura de Salvador imobilizou — aliás, a Prefeitura de Salvador inviabilizou — o Conselho da Cidade, que é um órgão de escuta estabelecido pelo PDDU e que deveria estar discutindo, deveria estar

legitimando as matérias que o Executivo elabora e que acha que devem ser implantados em Salvador.

Mas, para que a gente vote, esses projetos deveriam passar pelo Conselho da Cidade. O Conselho da Cidade de Salvador não está existindo, não está implantado. E eu espero que a gente consiga ajustar essa conduta, resolver essa ilegalidade no município de Salvador, que é de não fazer funcionar o Conselho. Eu não sei do que é que o prefeito tem medo. Por que ele tem tanta preocupação em não ouvir o povo? Porque ele sabe que muita coisa que está sendo feita aí, que está sendo executada, está errada. E tem muitos problemas que, se for ouvir o povo, o povo vai apontar os caminhos que são os caminhos adequados.

Então, eu quero dizer aqui que a nossa bancada vota contrário. Nós vamos votar contra. Nós não concordamos com esse projeto pelo vício de origem, pela forma como está sendo levado à votação o projeto. Não escutou a população, e o projeto induz claramente à privatização do serviço da política municipal de saneamento e do Plano Municipal de Saneamento, do serviço de água, de abastecimento de água e de coleta de resíduos sólidos.

Nós não sabemos o que é que vai acontecer, porque com certeza é uma concessão que vai estabelecer taxas e mais taxas para a população, que é sempre quem acaba pagando o pato. Aliás, já se paga muita coisa, vereador David Rios, nesta cidade.

Cadê Randerson? Até o estacionamento em shopping já está num preço na estratosfera. Eu concordo com o projeto dele. Tudo o que a gente faz nesta cidade tem uma taxa. Então, vamos abrir o olho, porque o serviço de água, o abastecimento de água poderá ser cobrado, a taxa poderá ir para as alturas e a gente vai ser responsabilizado por esse projeto que a gente está aprovando aqui. Obrigada, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos, vereadora Aladilce.

Vereador Sílvio Humberto, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Boa tarde, Sr. presidente, TV Câmara.

Discutindo esse projeto, tendo a endossar as falas dos meus colegas, companheiros de luta aqui nesta Casa. Aqui hoje, mais um dia, de fato, de luta, porque a forma como a Prefeitura, o Executivo, aqui traz como método, recusa-se a fazer uma discussão mais ampliada de algo que é caro à nossa cidade,

a água, o saneamento básico. Isso deveria ter um tempo aqui, mas não é o tempo suficiente.

Caberia — eu entendo — ouvir os especialistas, como bem disse o vereador Hamilton. Eu conheço o professor Moraes, que é um especialista em saneamento, e eu entendo que uma matéria como essa deveria ter uma ação concertada nesta Casa, no sentido de que fosse buscar um melhor entendimento, porque isso está diretamente relacionado à qualidade de vida da nossa cidade.

A forma como é decidida, a forma como chega aqui, como um pacote pronto, as emendas que são apresentadas e a forma como as emendas são apresentadas, que não lhe dão o tempo suficiente para você entender e questionar as emendas, fica parecendo que é uma receita pronta que você só assina embaixo.

E nós, acertadamente, os vereadores e vereadoras da oposição, nos recusamos a colocar nossas digitais, porque esse nosso compromisso com a outra visão de cidade nos leva a entender que, primeiro, Salvador não produz água, a água vem do entorno da cidade, da região metropolitana. É essa água que chega. E a forma como tem sido experimentada em alguns momentos aqui, até uma tentativa de — vou colocar aqui entre aspas —, “troca”, de “chantagem”, com relação à concessão da Embasa.

Nós precisamos entender que, quando se retira a possibilidade de se dar uma vantagem legítima às empresas públicas é porque o interesse público precisa ser preservado, é um bem público. Nós precisamos, usando aquela máxima popular: devagar que o santo é de barro. Nós estamos lidando com um bem público e nós sabemos o quanto a água e o saneamento básico devem ser cuidados para poder garantir que as áreas, a população mais vulnerabilizada, essa população possa ter acesso a esse bem tão precioso, ter acesso ao esgotamento.

Mas, a forma como tem sido discutido aqui, é parte de um combo. Você sempre se recusa a discutir amplamente, há sempre uma recusa e uma estratégia de tudo que vai envolver o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano desta cidade, que é sempre colocado de forma fatiada. É uma estratégia assim de "vou dividir para poder facilitar esse acesso". E, na verdade, está se jogando contra a nossa cidade, está se jogando contra os interesses da nossa cidade.

Por isso nós vamos resistir aqui, denunciando essa prática, porque isso é parte desse combo. Nos demais projetos que alteram a Lei de Ordenamento do Uso do Solo, parte também dessa forma, com essa visão autoritária de pensar a cidade.

Concordo, vereadora Aladilce, quando V.Exa. diz que há uma, eu diria assim, uma dificuldade de discutir, há um medo do povo, que é interessante. Quando é durante o período eleitoral,

vai-se às periferias, chama-se as pessoas para fazer uma discussão. Quando se coloca nesse outro lugar, que passam as eleições, as pessoas passam a ser um número. É típico assim: você ajuda subindo as escadas, como se fosse um degrau e, quando se chega lá em cima, chuta a escada para o povo não subir.

Então, aqui eu quero reiterar a posição do PSB: contrário a essa forma, a esse método, a essa metodologia de pensar a cidade, essa visão de cidade que, no meu entender, se coloca de forma autoritária. É um gol contra a chamada participação cidadã, porque algo que é dito nas entrevistas, nas falas, sempre quando se faz a crítica nesse sentido, é sempre se colocando daquela forma "não, se está atrás de *likes*, está atrás dessa aprovação midiática", e não é isso.

Quando nós fazemos as críticas, nós estamos discutindo uma outra visão de cidade que precisa, de fato, garantir a participação cidadã, precisa incluir as pessoas. De fato, quando a iniciativa privada chega, se não tiver uma garantia para se garantir essa inclusão social, a preservação dos interesses enquanto bem público, o resultado é fazer análise de custo e benefício, e o produto disso é elevação da tarifa e aí vai ficar quem pode pagar.

Mas essa é parte da estratégia da Prefeitura que tem diuturnamente, cotidianamente, como princípio, a privatização

dos serviços públicos. Eu não sei o que é que vai restar à próxima administração para administrar, porque o que sempre está proposto é esse processo de privatização de tudo, inclusive chegando até os cemitérios desta cidade.

Então é parte, como eu diria, de um combo, um combo contra a cidadania, um combo contra a participação cidadã, um combo contra uma cidade que é uma cidade rica, mas não é uma cidade próspera. Essas ações só favorecem esse processo, esse capital, que tende a concentrar a renda e não rompe com o círculo vicioso da pobreza que envolve a maioria da população.

Esse é apenas mais um elemento desse combo que não trata dignamente a nossa população, que não oferece serviços públicos de qualidade e acha que é privatizando absolutamente tudo, oferecendo à cidade uma visão de negócio estreita, uma visão de negócio bancada pelo mercado, pela especulação imobiliária.

É contra isso que nós temos que nos insurgir aqui, evidenciando para você, que está nos acompanhando, que não é essa visão de cidade que nós acreditamos, não é essa visão de cidade que nós concordamos. Nós acreditamos que é preciso construir de forma conjunta, gerando uma sinergia, sobretudo quando envolve o bem público.

Por isso, nós nos colocamos contrários, Sr. presidente.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Nós que agradecemos vereador Sílvio Humberto. Vereador Claudio Tinoco.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, a nossa discussão é breve, apenas para ressaltar que não é verdade que o Plano de Saneamento Básico Municipal não foi discutido com a sociedade. Foi amplamente discutido em diversos eventos.

Este vereador, na qualidade de vereador, inclusive, chegou a participar, em março de 2023, de audiência pública realizada no auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador. Isso tudo no âmbito do Plano Municipal de Saneamento Básico Integrado.

Tenho certeza de que vereadores como André Fraga acompanharam de perto toda aquela discussão, André. Então, não é verdade. Essa gestão é afeita a discutir com a sociedade todos aqueles assuntos e temas que são de interesse da sociedade.

Por isso mesmo, eu até antecipo, nesta discussão breve, o pedido de voto de todos os vereadores. A gente aprovar um Plano Municipal de Saneamento Básico é a gente apontar para o futuro da Cidade do Salvador. É aqueles que não querem esgoto correndo nas portas das casas das pessoas, a céu aberto, que querem um tratamento melhor para os resíduos sólidos, para uma cidade mais sustentável.

Então, fica aqui o nosso registro de apoio, mas sobretudo de correção pela integridade da gestão do prefeito Bruno Reis, que vem discutindo todos os temas com a sociedade soteropolitana.

Obrigado, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Só uma Questão de Ordem, Sr. presidente, só para esclarecer.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador, Questão de Ordem em votação não pode ter. Termine sua discussão.

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Então, está certo. Muito obrigado, Sr. presidente. Desculpe a não observância

do Regimento. Mas é só também por uma questão de correção de quem está há muito tempo nesta Casa aqui.

Em 2016, a cantilena foi a mesma. E eu aprendi a diferenciar e aprendi nesta Casa: participação é uma coisa; participativo, uma ação participativa, é outra completamente diferente.

Eu acho que para algo ser participativo precisa envolver a população para, de fato, isso aqui se constituir num jogo ganha-ganha, porque nós estamos defendendo a nossa cidade e defendendo, acima de tudo, o envolvimento e a participação do nosso povo.

Muito Obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Eu que agradeço, vereador Sílvio Humberto.

Encerrada a discussão. Em votação. Aqueles que aprovam o Projeto de Lei nº 394/2025 permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final, com os votos contrários dos vereadores Helio, Hamilton, João Cláudio,

David Rios, Felipe Santana, Aladilce Souza e Eliete Paraguassu. E Sílvio Humberto. Desculpe.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): E Randerson Leal.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Positivo, Randerson.

Há sobre a Mesa, o requerimento de urgência urgentíssima do Projeto de Lei nº 424/2025, subscrito por um terço dos vereadores, nos termos do § 2º do Art. 118 do Regimento Interno, o qual submeto a aprovação dos pares.

Em Plenário. Em votação. Aqueles que aprovam o requerimento de urgência urgentíssima permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento.

SRA. VEREADOR ALADILCE SOUZA (PCdoB): Voto contrário.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Com voto contrário da vereadora Aladilce, vereador Sílvio e vereador Hamilton.

SRA. VEREADOR ALADILCE SOUZA (PCdoB): De toda a oposição.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereadora Eliete? E David.

Projeto de Lei de autoria do Executivo que altera o dispositivo da Lei nº 9.281, de 28 de agosto de 2017, e Lei nº

9.148, de 8 de setembro de 2016, na forma que indica. Com parecer conjunto favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamentos, Fiscalização; e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Com votos em separado.

Há emendas sobre a Mesa? Quais são as emendas?

No Plenário. Em única discussão.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Queremos discutir, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para discutir, vereadora Aladilce, vereador Sílvio Humberto. Não?

SR. VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB): Qual o projeto?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Projeto de Lei nº 424/2025. Vereador Sílvio Humberto, vereadora Aladilce e vereador Hamilton, por dez minutos cada.

Vereadora Aladilce.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, quero mais uma vez saudar de maneira especial as Galerias, porque

hoje nós temos representação aqui de mais de 30 entidades. Quero saudar o Movimento SOS Buracão, o Movimento SOS Áreas Verdes, a Frente Povo Sem Medo, a Frente Popular Democrática, saudar o Movimento do Rio Passa Vaca, Coletivo de Stella Maris. Vou dizendo aqui, vou pegar a lista. O Iamba, a Federação de Associações de Moradores, a Confederação Nacional de Associações de Moradores e a Associação da Barra, a Amabarra, a causa animal, que está aqui presente toda semana, todos os dias. Saudar também a Associação dos Moradores do Morro Ipiranga, da Associação dos Moradores da Roça da Sabina e mais a Associação dos Moradores do Morro do Gato também, a Articulação do Centro Antigo. Todas estas entidades, Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, estão de olho nesta Casa, estão de olho no que a Prefeitura vem mandando para aqui e como a gente vota.

É em nome desse movimento também, que quero fazer um apelo aos Srs. vereadores e vereadoras: vamos rejeitar esta matéria. Este projeto que vem aqui para a Câmara, sob o nº 424, que tem uma ementa que se refere à alteração na legislação de ascensores, de elevadores, Sr. presidente, este projeto tem um "jabuti". Foi introduzido um "jabuti" neste projeto, um "jabuti" que está subindo no elevador e apertando o 35º andar. Esta é a imagem que a gente tem, vereador Maurício Trindade. Ninguém sabe a autoria desse "jabuti".

Hoje de manhã as comissões se reuniram todas e vi os vereadores da base perguntando “de quem é o jabuti? De quem é o jabuti? De quem é o jabuti?” A base de Bruno Reis estava perguntando. Estavam perguntando de quem é o “jabuti”, e ninguém sabia de quem era a autoria do “jabuti”.

Então, vamos tirar o “jabuti”. Eu até quis concordar com a emenda de Maurício, que era para tirar o artigo todo, mas aí eu preciso fazer justiça, porque há um sentimento na Casa contra o sombreamento da praia. É um sentimento que, da forma como está colocado, manifestado nessa emenda, que ao foi aprovada, apresentada pelo vereador Omarzinho, uma emenda, Sr. presidente, que eu não tenho nem condição aqui de traduzir, porque é muito técnica, é muito grande, não dá para a gente entender. Então, mesmo que eu concordasse, não poderíamos votar aqui, porque a gente não tem segurança.

Essa é uma matéria muito fina. A questão urbanística de Salvador não é uma questão qualquer. Um problema desse, que trata sobre sombreamento das nossas praias, não pode ser tratado através de um “jabuti” introduzido em um projeto que não trata dessa matéria. Vocês sabem o que é “jabuti”? Jabuti é aquele artigozinho que trata de uma matéria que normalmente não se quer revelar exatamente o que é, ou seja, não se pretende transparência com aquele assunto, então coloca no meio de outra matéria, de outro projeto. Um projeto que trata de elevador,

vereador Kênio, da legislação para adequar às regras da ABNT ou então para melhorar a acessibilidade em alguns locais — tudo bem, a gente poderia até votar —, mas aí tem aquele Art. 3º, que é exatamente o "jabuti" que a gente rechaça.

E eu quero pedir aqui, que nós, todos e todas que não concordamos com o sombreamento da praia, que nós votemos contra, que nós não aprovemos esse material hoje. Repito: qual é a pressa? Qual é a urgência, que nós não podemos esperar o debate do PDDU, Sr. presidente? Gabarito é para ser tratado no PDDU. Aumentar mais de 50%, o que já é possível de construir, hoje, na nossa Orla Atlântica, sem estudo de sombreamento, como a matéria veio para cá? É um absurdo! Dispensando o estudo de sombreamento!

Então, pelo que eu pude deduzir, parece-me que a emenda, que foi apresentada pelo vereador Omar, trata de repor o estudo de sombreamento, mas eu não tenho certeza, porque eu não li, não estudei. É uma matéria técnica. Vai que tem um errinho lá, vereador Paulo Magalhães, que V.Exa. não percebeu? Então, é uma matéria que a gente precisa de tempo; precisa, sim, de transparência; precisa, sim, ouvir os técnicos que entendem da matéria, para dizer se pode ou se não pode, ouvir a experiência de outros locais.

Vocês lembram? Quem nunca foi em Camboriú? Quem já foi em Camboriú? Quem não foi, procure ver os vídeos, no que

transformaram aquela orla lá. É um absurdo, porque as pessoas vão para a praia e ficam procurando uma réstia de sol para tomar um banho de sol. E se Salvador tem uma coisa que é positiva, que é diferente de Recife, da Boa Viagem: é uma orla que a gente ainda tem sol. Se bem que a gente já tem alguns pontos que tem sombreamento, mas, na grande maioria da extensão da Orla Atlântica, nós temos sol, e isso é muito positivo. Isso é um patrimônio que nós temos.

Mas tem gente aí, construtoras que estão chegando em Salvador, cada dia chega mais, gente de fora, inclusive. Nada contra os de fora, nada contra os de fora, mas a gente tem que saber defender a nossa cidade. Normalmente, quem vem de fora, o interesse é apenas estar, de lá, querendo fazer negócios aqui, e não tem preocupação, não tem o amor que a gente precisa ter por Salvador, não defende o bem-estar, o bem-viver — como sempre fala Eliete Paraguassu — que nós precisamos ter nesta cidade. E a praia faz parte desse bem-viver.

Banho de mar aqui, em Salvador, é sinônimo de sol. O sol que a gente tem é abençoado, vereador que me olha, vereador Rodrigo Amaral. O sol que a gente tem aqui é um sol que nenhum outro lugar tem. Imagine uma praia cheia de sombra, de ponta a ponta! Se a gente abrir o precedente, é o que vai acontecer, porque o capital não tem limite. A voracidade do capital na especulação imobiliária não tem limite, não quer saber. Inclusive,

essas construtoras, o lucro vai para fora, a maior parte do lucro vai para fora, vem de Pernambuco, vem de São Paulo, vem de não sei onde para explorar o que nós temos de bom aqui.

É um lazer democrático, não se paga pedágio para ir à praia, e espero que a gente nunca tenha essa legislação aqui, não se paga pedágio. Nós somos uma cidade de grande maioria de população pobre, que tem na praia muitas vezes o seu único lazer. Dia de domingo a passagem é meia — se bem que é meia frota —, e as pessoas vão à praia, compram picolé, tomam um refrigerante e está o lazer garantido. Agora, imagine ir à praia para tomar banho de sombra.

Então, por mais confiança que eu tenha nos estudos que o vereador Omar fez, a coisa não está transparente. Nós precisamos do debate do PDDU, nós precisamos de um PDDU novo, e eu acho que, com essas matérias, com esse projeto, o prefeito Bruno Reis está dando um golpe no PDDU, está dando um golpe na cidade.

Essa matéria, essa legislação, ela é uma legislação inconstitucional, também por isso. Ela tem vício de origem, não passou pelo Conselho da Cidade. Novamente, eu vou falar 500 vezes: o Conselho da Cidade está estabelecido no Estatuto da Cidade, na Lei Orgânica do Município, na legislação do próprio PDDU, e o prefeito Bruno Reis resolveu fechar o Conselho da Cidade, porque ele não gosta de transparência. Se há uma pessoa

que não gosta da discussão dos projetos às claras, é o prefeito Bruno Reis, que só manda para a gente assim: aprova, aprova rápido, aprova em regime de urgência. E não faz o PDDU.

Então, eu quero aqui mais uma vez protestar e dizer que o apelo que a cidade está fazendo é de sombra zero na praia. Não vamos fazer nenhum arremedo, gente. Na verdade, esse artigo deveria ter sido retirado, deveria ter sido retirado, minimamente ter sido retirado e a gente discutir somente a legislação no que diz respeito à atualização da acessibilidade através dos elevadores.

Então, Sr. presidente, fica aqui a minha revolta, a minha indignação. Dizer que esse projeto tem um "jabuti" que é insanável. Esse "jabuti" é insanável, é fruto de árvore podre envenenada. Fruto de árvore podre envenenada é uma expressão do "juridiquês", que diz que um fruto de um processo que já está envenenado, que já está viciado, ele não tem jeito. Portanto, é a gente rejeitar esse projeto de lei, porque ele tem vício de origem. Não passou pelo Conselho, é inconstitucional e é ilegal.

Obrigada.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Aladilce.

Vereador Daniel Alves, por dez minutos. Depois, o vereador Hamilton.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR DANIEL ALVES (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Boa tarde, presidente, colegas vereadores.

Presidente, a mensagem tem que ser rápida para ser bem captada. Meia-verdade é uma mentira por completo. Você colocar, dizer uma coisa e esquecer de falar outras, é uma mentira. As narrativas que estão sendo construídas aqui pela oposição são mentirosas. Mentirosas!

E é importante deixar claro que hoje, nas comissões — e eu agradeço ao presidente da comissão da CCJ, Sidninho —, na Comissão de Orçamento, em que eu sou o presidente, na Comissão de Planejamento, que Paulo Magalhães é presidente, e todos os demais vereadores, foi deixado muito claro que a emenda foi para sanar qualquer dúvida sobre sombreamento em faixa de areia. Qualquer informação que traga sombreamento em faixa de areia é mentira. Mentira!

Então, presidente, a informação tem que ser direta, porque têm se construído narrativas aqui nesta Casa. Depois, soltaram em redes sociais, pessoas que participaram de todo o processo, sabendo que muitas das informações ditas aqui no Plenário não são verdadeiras.

Então, não existe nada de sombreamento em faixa de areia no projeto que está sendo votado agora. Nenhum sombreamento!

Para ficar registrado, repetido em alto tom, para que não saia daqui nenhuma mentira deste Plenário.

SR. VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Um aparte, vereador.

SR. VEREADOR DANIEL ALVES (PSDB): Pode apartear.

SR. VEREADOR RICARDO ALMEIDA (DC): Vereador Daniel Alves, o aparte que peço a V.Exa. é para esclarecer a esta Casa e a toda a Cidade do Salvador. Nós presidimos aqui, a pedido do presidente Carlos Muniz, uma audiência pública, realizada na semana passada, que tratava exatamente sobre o Projeto de Lei nº 424.

Na ocasião, eu li inclusive o pedido de ausência, a justificativa de ausência da vereadora Aladilce. Mas na oportunidade, vereadora, como presidente da Mesa naquela ocasião, eu recebi e acolhi uma emenda de autoria do presidente Carlos Muniz, que exatamente versava sobre a exclusão do sombreamento.

Então, V.Exa. talvez não tenha se apropriado dessa emenda. Mas a emenda está disponível, inclusive eletronicamente, para que V.Exa. possa se apropriar dela, e ter conhecimento de que foi emendado o projeto, retirando a faixa de sombreamento.

Somente para esclarecimento, corroborando com V.Exa., vereador Daniel Alves.

SR. VEREADOR DANIEL ALVES (PSDB): Para concluir, presidente, deixar claro sobre a constitucionalidade dos projetos, que muitas vezes são levantados aqui. Se ele passa — no meu entendimento — nas comissões da Casa, que são específicas para isso, eu entendo que os vereadores votaram pela constitucionalidade, por entender da constitucionalidade do projeto.

Então aqui, alguns projetos meus, inclusive, já foram barrados na CCJ pela questão de constitucionalidade, apesar de eu ter uma interpretação diferente. Mas a decisão que vale, afinal — e o que eu acredito que algumas vezes nós podemos cometer alguns equívocos —, é que a CCJ está lá, tem toda a legitimidade e toda a competência para falar sobre a constitucionalidade do projeto.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Hamilton, por favor, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, mais uma vez eu volto a esta Tribuna aqui para colaborar e para corroborar com a fala da minha colega, a vereadora Aladilce, no que diz respeito à votação desse projeto, o Projeto de Lei nº 424.

Eu fui um dos que fizeram um voto contrário. Apoiei o voto contrário quando esse projeto foi apresentado nas Comissões Conjuntas. E o nosso debate, evidentemente, tenta trazer à luz um elemento do debate que a vereadora Aladilce trouxe, que é a questão do vício de origem desse projeto, que não foi só trazido por nós, foi trazido também pelo Ministério Público, que vem sistematicamente acompanhando esse debate, porque vem querendo discutir a questão da revisão do PDDU, que era para estar sendo feita este ano e que foi empurrada para fazer no ano que vem. E olhe lá! A essas alturas o que nós estamos entendendo é que não vai ter uma revisão do PDDU, porque o que está se fazendo exatamente é uma revisão, no meu entendimento, perversa da Louos, que tem impacto direto na questão do PDDU. E isso para nós é o fatiamento do PDDU, e não tem como ser pensado de outra forma.

Nesse sentido, o projeto acaba, de certa forma, incorrendo em vícios de origem, porque, para se fazer revisão da forma que está sendo feita, era necessário implementar projetos que estão sendo feitos, era necessário que nós estivéssemos diante da

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

revisão do PDDU, para só então nós podermos nos debruçar sobre a Louos.

Mas, ainda assim, o que eu quero chamar a atenção? É que quando o projeto foi apresentado — inclusive, diga-se de passagem, foi pedido abertura para audiência da qual o vereador Ricardo Almeida, inclusive, presidiu na semana passada e que eu também estive presente — uma emenda que nós tomamos conhecimento naquele momento. Chegou intempestivamente, eu posso assim dizer, porque o presidente da Mesa em discussão, inclusive, fez questão de dizer que a emenda que estava chegando ali naquele momento, ainda seria disponibilizada. Como era um debate de audiência pública, evidentemente, ele estava apresentando como forma de nos tranquilizar.

Mas qual foi o nosso entendimento, evidentemente? O nosso entendimento é que a gente estava aguardando, de certa forma, a disponibilização dessas emendas. O tempo que nós tivemos para nos debruçar sobre elas ainda assim é pequeno, mesmo considerando que insistentemente os vereadores, a Presidência, vêm dizendo que o projeto já chegou na Casa com certo tempo etc., que a gente considera também interessante, mas todos nós sabemos que a dinâmica da discussão dos projetos da Casa não começa exatamente quando o projeto é registrado no sistema de registro da Casa.

Ele começa exatamente quando as pessoas vão se apropriando do que vem acontecendo e, a partir daí, a gente vai colhendo informações técnicas, inclusive manifestações da sociedade civil para que a gente possa se posicionar. O debate vai crescendo, vai chegando em um determinado momento e, na hora que a gente precisa exatamente trabalhar com a maturação, como disse bem o companheiro, o vereador Sílvio Humberto, que me antecedeu e estava discutindo o tema que foi votado anteriormente, dizia assim: olha, a gente pode até contribuir com isso, mas é necessário que a gente precise se aprofundar, que não confunda a ideia de participativo, de participação com "participatividade", porque a gente sabe que são coisas diferentes.

Existem várias formas de instituir participação, existe simulacro de participação, e o que a gente quer de fato é que a gente possa ouvir a sociedade civil, que ela possa se posicionar, como as diversas organizações que estão aqui, que a gente possa construir, de certa forma, entendimentos e, se possível, até consensos. Se a gente só vem a voto no Plenário, aquilo que exatamente a gente não conseguiu conciliar, que foi de difícil entendimento para todos, é isso que nós entendemos que deveria estar sendo debatido aqui.

Nós entendemos tudo isso, mas nós compreendemos que nós, como vereadores da oposição, não estamos aqui simplesmente fazendo obstrução por fazer, ou porque nós

achamos que tudo que vem do Executivo não presta e que a gente precisa criar obstáculo para tudo que vai ser apresentado aqui.

Não é verdade, não é esse o método do debate que nós nos propomos ou que nós queremos para o diálogo. Nós entendemos que é fundamental estabelecer as condições mínimas de método etc., para que os processos sejam debatidos nesta Casa, inclusive para que a gente não incorra em erros, por exemplo.

Eu, por exemplo, estou estarrecido aqui com o que aconteceu com o PLC nº 03, que voltou à questão da correção do plano de carreira dos professores, que a Prefeitura publicou, por exemplo, sem a mínima atenção ao debate que havia ocorrido aqui na Câmara, que acabou deixando um dos artigos que havia sido acordado e assinado pelas lideranças aqui de fora, que disseram que ia corrigir e até agora não foi corrigido.

Portanto, o cuidado que a gente está tendo de acompanhar cada um desses projetos, de debater, acompanhar os seus processos, é muito difícil, não é fácil. A gente sabe. Por isso nós sabemos da nossa responsabilidade, queremos contribuir para esse projeto, contribuir para o debate sobre o planejamento da cidade, mas queremos que isso se dê dentro de uma lógica que nos permita contribuir para esse debate.

É necessário que antes de qualquer coisa sejam apresentados estudos. Por exemplo, há dúvidas para mim, Sr. presidente, se, na emenda que foi apresentada, que diz da

possibilidade de estudos, ela cita e coloca essa possibilidade, mas ela não determina necessariamente que não vai haver sombreamento.

Então há dúvidas e nós temos direito de ter o benefício da dúvida, Sr. presidente. Não se trata de colocar obstrução, não se trata aqui de ser uma pessoa que veio aqui apenas para criar obstáculo, se trata de alguém que de fato tem interesse público, que tem uma preocupação, que tem representação social, que se baseia principalmente nas contribuições dos movimentos sociais da sociedade civil, dos técnicos, especialistas, de projetos que vêm da universidade.

Eles têm colocado para a gente preocupações sistemáticas em relação ao que tem sido votado aqui nesta Casa, e nós temos que ter essa responsabilidade, de que pelo menos nós nos posicionamos, de que nós não fomos omissos e de que nós precisamos fazer com que o conjunto dos vereadores que aqui estão também se atenham a isso.

Até mesmo os projetos que venham, votado por maioria nas comissões, não significa que eles não venham com erros, não significa que eles não venham com erros. Significa dizer que o conjunto dos outros vereadores, por exemplo, como eu, que não participo de algumas comissões, precisa também de tempo para observar as emendas, todas as contribuições que foram dadas, para que a gente tenha consciência de fato do nosso voto.

E é isso que nós estamos fazendo aqui, é por isso que nós queremos o debate e é por isso que nós achamos precipitado e temerário fazer essa votação aqui. Por isso que nós estamos pedindo tempo, inclusive, para que haja debate público. É por isso que acho que é uma responsabilidade muito grande desta Casa. Entendo e compreendo que uma grande parte dos vereadores aqui precisam responder aos debates que estão sendo colocados pelo Executivo, por compor a sua base, efetivamente, mas esses vereadores aqui presentes, vereadoras, eles também têm um compromisso com a cidade, e eu também sei disso.

E o que nós estamos fazendo é este apelo, o apelo para darmos mais transparência nos debates, para que a gente possa, de fato, trazer as nossas contribuições. Eu acho que só dez minutos para um debate aqui do que deveria ser necessário ser feito tecnicamente, nós consideramos insuficiente.

Portanto, nós estamos contribuindo aqui para fazer o rito do debate democrático, porque é isso que nos cabe neste papel. O que nós compreendemos, como já disse antes em outras falas, é de que esse debate é insuficiente. Por isso chamo a atenção dos meus colegas vereadores, chamo a atenção da Presidência da Mesa, para que a gente possa, se possível, apreciar este projeto em outros termos e em outras dinâmicas, sobretudo porque o que ele apresenta para a gente, de certa forma, ainda nos coloca numa situação não muito confortável para votar aqui. Por isso, se

ele for a voto neste momento, com certeza o nosso voto vai ser contrário.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Sr. presidente, Pela Ordem.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pela Ordem, vereadora Aladilce.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Sr. presidente, não sei, espero que não tenha sido referente à minha fala, quando o vereador Daniel diz que são argumentos mentirosos. Eu queria que fizesse uma...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Será retirada da Ata, vereadora, a palavra “mentirosa”.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Só para deixar bem claro: a emenda é uma emenda técnica, muito técnica, por isso que a gente não tem segurança do que está. Foi lida hoje de manhã.

E, além disso, Sr. presidente, repõe estudo de sombreamento, mas não diz quem vai fazer esse estudo de

sombreamento. E não confio no estudo de sombreamento que seja feito por um ente que quer construir de qualquer maneira na praia, alguém que venha para especular.

Então são essas coisas. Entendeu, Daniel? Não é mentira. Nós estamos estudando a matéria, como V.Exa. está estudando, e nós não fazemos nenhuma divulgação mentirosa. Apenas cuidado com esta cidade e com esta Casa.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR DANIEL ALVES (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Pela Ordem, presidente, só porque fui citado. Quero pedir desculpas à vereadora, nossa relação sempre foi muito cordial. A questão da mentira, a gente pode até utilizar outra palavra, mas uma informação que ela é inverídica, ela termina trazendo uma narrativa que não é verdadeira.

Então, no momento que hoje foi debatido na comissão e foi registrado — pedi inclusive para registrar em Ata —, a emenda que está lá sana qualquer dúvida sobre sombreamento. E quando V.Exa. traz aqui para cima, dizendo que a matéria traz

sombreamento, registro que a matéria votada não traz sombreamento. Então qualquer coisa que traga sombreamento, após a matéria votada, ela é inverídica.

Peço desculpas, se de alguma forma ficou ofendida, mas é só para registrar que são inverídicas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Muito obrigado, vereador Daniel Alves.

Vereadora, a dúvida é simples, quem vai fazer o estudo sombreamento é quem continua fazendo quando todo empreendimento é feito, não vai modificar de forma nenhuma. Hoje é feito de que forma? Vai continuar sendo feito da mesma forma que é hoje.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Deveria ser a Prefeitura.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Não, vereadora. A lei determina o quê? A lei determina o quê, vereadora?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): A lei não determina.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vai mudar a lei? Então, tem que vir para a Câmara para que seja mudada.

Se hoje a lei determina que seja feito o estudo de uma forma, aí nós poderemos querer mudar. Como? Mudando a lei. Se V.Exa. apresentar uma lei e os vereadores entenderem que deve ser diferente, nós aprovamos. É fácil.

Tem o vereador Sílvio Humberto que vai discutir. Ou não? Não vai discutir, não, vereador? É porque os vereadores estão dizendo que o senhor abriu mão da discussão. Abriu mão da discussão?

Por dez minutos, vereador.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Obrigado, Sr. presidente.

Afinal de contas, nós estamos fazendo história aqui também hoje, então a gente não pode, simplesmente, não discutir algo que é do interesse da cidade.

Eu acho que tem uma discussão aí que está fora do lugar. Aí não é um debate de verdade ou mentira. O Art. 3º existiu? O

Art. 3º é real? Se é real, há de se perguntar aqui por que foi colocado esse artigo lá. Essa é uma pergunta que não quer calar. O que nós estamos fazendo aqui, mais uma vez, os colegas que apresentaram aqui as suas emendas, é apresentar uma emenda de supressão, modificativa, de algo que — e aí vou usar um qualitativo aqui, vou adjetivar, porque é assim que se autodenomina — a tal gestão de excelência colocou.

E há que se perguntar qual é o entendimento da gestão de excelência, que levou os colegas aqui a essa discussão, em razão da mobilização das ruas. A sociedade civil sinalizou que há algo de podre no reino da Dinamarca ou que há algo de podre no reino de Salvador. Às vezes, o outro lado da rua age que nem um soberano. E aí, quando age que nem um soberano, do lado de cá fica parecendo que não tem pessoas inteligentes, com capacidade mínima de discernimento, para entender o que aí está.

Então, se vai ter uma emenda que exclui ou que modifica ou que não vai bater nos 35, há que se perguntar o porquê. Por quê? Por quê? Por que a tal gestão de excelência colocou aquele Art. 3º? Como não há favores desinteressados, não há algo sem intencionalidade, está servindo aos interesses de quem, minha gente? Você, que está aí em casa? As pessoas são inteligentes do outro lado, têm os seus interesses.

Então, a gente vai ficar em um debate aqui, em um *ping-pong*? Porque não é essa a razão central, não é esse o problema.

O problema é saber quais são os interesses de alguém ao escrever esse artigo. A gente também está acostumado a apresentar emendas aqui para melhorar o projeto, e quando a emenda sai daqui, desce as escadas e atravessa a rua, volta. Helio Ferreira, você apresentou a emenda de isenção para os motoristas, na questão das multas. Veto! Não foi um veto? Não vetou? E vai ser votado aqui e vai continuar, vai permanecer o veto, porque a gente não vai conseguir derrubar o veto. Então há que se perguntar, porque não sai nada de lá sem uma intencionalidade.

A minha pergunta é: esse Art. 3º, que vai sombrear... eu acho que tem alguma coisa a ver com essa visão da branquitude, porque tem que imitar tudo o que acontece no sul. Aí, você olha para Camboriú, tem sombra, então dizem "vamos fazer a mesma coisa aqui", como se a receita desse certo. Não tem sentido!

Então, vereadora Aladilce, minha líder, eu acho que o debate está enviesado. Tem um debate aqui, mas a essência do debate é outra. A gente tem que procurar saber quais são os interesses que estão nesse Art. 3º. Eu espero e acredito que as pessoas são bem intencionadas, em nome do interesse público, e que a emenda que foi apresentada, quando atravessar a rua, não sofra um veto. Se sofrer o veto vai ficar estranho, vai ficar estranho.

Eu espero que isso, de fato, não aconteça. Volto a insistir, porque não é a primeira vez que nós votamos emendas aqui que

não resistem ao bate e volta. Vai, e volta com o veto. As pessoas aqui, em outras legislaturas, são convencidas a concordar com o veto. Eu espero! Vou fazer uma profissão de fé, porque, afinal de contas, até o nome do meu mandato é "Fé na gente", para ter fé no que Daniel está dizendo aqui. O companheiro Daniel está dizendo que não vai haver sombreamento, como está registrado nos Anais. Ele está dizendo aqui, mas eu acho que o debate não é se é verdadeiro ou falso. Não é se ou é verdade ou se é falso. Eu acho que o debate é que eu acho que cabe investigar o que há por debaixo desse angu. Qual é a carne que está embaixo desse angu? É esse que é o debate.

Como é que você vai discutir elevador... a gente está discutindo elevador, aí alguém faz assim "dois altos!" — como eu aprendi lá com meu tempo de criança —, "dois altos, para aí, para tudo, estátua: vamos discutir agora PDDU". Aí diz "ah, nós temos que voltar ao combo, aquele combo que diz 'não vou discutir PDDU, vou fatiar o PDDU'". Esse projeto, o nº 424, é mais uma oportunidade para quê? Para fatiar o PDDU.

Eu não sei por que tanto medo do povo. Não sei qual é o problema de a gente discutir com profundidade. Algo que eu conversava com um colega, pela relação que temos, eu disse a ele "você sabe qual é o problema, meu caro? A cidade não tem planejamento, Salvador não sabe o que vai ser amanhã". O problema é que essa decisão aqui vai afetar a vida de todos nós.

Cada um aqui vai receber a sua forte pancadinha, cada um vai receber a sua porradinha com essas ações que estão sendo tomadas aqui, assim, de caso pensado.

Eu falo de caso pensado porque eu acho um absurdo esta cidade ter como via, como eixo de desenvolvimento, o que diz o mercado imobiliário Ou melhor, a especulação imobiliária. É muito pouco, gente! Nós somos quase 3 milhões de pessoas. Por isso que eu falei anteriormente do outro projeto e disse que nós somos uma cidade que tem um potencial para ser uma cidade rica, mas não tem prosperidade, porque esses interesses pequenos, esses interesses do ciclo de negócio muito curto, que não avança, que não disputa o Brasil, que não disputa o mundo, que disputa tão exclusivamente o dinheiro local aqui.

E aí fica girando, uma coisa ptolomaica, em torno de si mesmo. Essa é a questão. E aí falta sabe o quê? Visão. Deveria fazer que nem a música: pegue a visão aí. Mas não pegam. Essa é uma visão que está eivada — eu vi os argumentos — de vício de origem, do fruto envenenado, todas essas teses do ponto de vista jurídico.

Mas, eu trago aqui apenas, Sr. presidente, uma questão de interpretação. Eu trago aquela questão. Por que, em um projeto que vai discutir outras coisas, aparece um tema tão importante? E, se passasse, isso ia impactar no bolso de alguém. No bolso de alguém que eu falo é em um setor da cidade que ia ganhar com

essa ideia, porque senão assim, se isso não fosse verdade, não precisaria de emenda, Sr. presidente.

Para que seria a emenda? Aí alguém vai chegar aqui e depois vai dizer assim "não, mas o nosso papel aqui é aprimorar o que vem do Executivo", entre aspas, porque muita coisa chega de lá pra cá e as pessoas aqui só votam e não discutem. Ainda bem que nós temos uma oposição aguerrida, homens e mulheres aguerridos e aguerridas, que buscam estabelecer um contraponto, com muita civilidade, com muito poder de argumentação. Para a gente, o que está em jogo aqui nesta tarde são os interesses da cidade, a Salvador de amanhã, que está sendo discutida aqui no presente.

Então, eu deixaria só essa pergunta: por que essa gestão de excelência colocou esse Art. 3º? Com tanto estudo, com tanta coisa que se faz, com tanta capacidade de se colocar como, em tese, a melhor do Brasil, e você coloca um artigo — Sr. presidente, vou concluir — que precisa ter uma emenda para dizer "olha essa emenda aqui: não vai ter sombreamento"?

Mas eu aprendi em algum lugar, acho que foi na vida, Sr. presidente, diz que o sol brilha para todos, mas a sombra é privilégio de alguns.

Muito obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Eu que agradeço, vereador Sílvio Humberto.

Vereador Claudio Tinoco.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR CLAUDIO TINOCO (UNIÃO)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, Sras. vereadoras e vereadores, a discussão, da minha parte, tenho a certeza de que não vai durar dez minutos, talvez um minuto apenas.

Primeiro, para reforçar aquilo que o vereador Daniel Alves acabou de afirmar, e que eu tenho certeza de que todos os vereadores que não só votaram nas Comissões Conjuntas, quatro Comissões Conjuntas, mas todos aqueles que leram o parecer do vereador Omarzinho e, acima de tudo, a proposta de emenda do presidente Carlos Muniz, feita em audiência pública com a presença do Ministério Público do Estado da Bahia aqui no Plenário da Câmara Municipal.

Eu acho que isso é muito importante, para deixar claro, não para aquele que não se convence, mas sim para a opinião pública, para aquelas pessoas que estão assistindo a essa sessão e que vão ver nos próximos dias ainda muitas *fake News*. F*ake News*, notícias falsas, não de um vereador, de uma vereadora, mas sim de uma parcela significativa de militância que tem feito,

sobretudo, uso das redes sociais para tentar plantar notícias falsas, sobretudo as decisões desta Casa Legislativa, com a sua altivez, autonomia.

Nós discutimos, participamos de audiência pública e hoje estamos aqui todos, aqueles que estão conscientes do voto, para dizer que não haverá, sobre a decisão da Câmara Municipal de Salvador, sombreamento nas praias da nossa cidade por volta desse projeto. Projeto, Sr. presidente, que é de vital importância, para de uma vez por todas tentarmos revitalizar o Centro Antigo da nossa cidade, diferente do que foi feito no passado com seus planos de reabilitação, que não saíram das gavetas burocráticas do Centro Administrativo da Bahia.

Mas, acima de tudo, também, colocar essa cidade ainda no patamar de desenvolvimento, sobretudo sustentável, do seu meio ambiente. E não poderia ser diferente à Câmara Municipal, que no dia de hoje dá uma demonstração de que somos capazes de aperfeiçoar os projetos do Executivo, com iniciativas dos vereadores.

Os vereadores de Salvador estão todos, aqueles que votem no dia de hoje no Projeto de Lei nº 424/2025, dizendo: nós não vamos contribuir para o sombreamento das praias de Salvador, fruto da iniciativa de emenda do presidente Carlos Muniz, do parecer de Omarzinho, aprovado por maioria absoluta, inclusive

nas comissões, com voto de vereadores da oposição, que são também conscientes do seu dever.

Muito obrigado.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Pela Ordem, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Nós que agradecemos, vereador Claudio Tinoco.

Nós que agradecemos, vereador Claudio Tinoco. Nós estamos em votação, vereadora.

Encerrada a discussão. Em votação. Projeto de Lei nº 424/2025. Aqueles vereadores que aprovam o projeto permaneçam como estão. Aprovado, com os votos contrários da oposição e o voto contrário do vereador André Fraga. Aprovado o projeto. Encaminhado à Redação Final. Aprovado na Redação Final.

Vereadora Aladilce.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA

CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, eu queria fazer uma declaração de voto, dizendo o seguinte. Nós tivemos, na semana passada, se não me engano, uma decisão do desembargador Landin sobre o artigo da Louos, um artigo que trata exatamente dessa matéria de sombreamento. Ele deferiu uma Ação Direta de Inconstitucionalidade sobre essa questão de sombreamento. E o desembargador, é claro, diz o seguinte: não permitir sombreamento hora nenhuma.

Essa emenda, me parece, porque não conheço a emenda toda, me parece que essa emenda se refere a permitir o sombreamento, conforme a Louos passada, antes de 9h da manhã e a partir de 16h. A decisão que saiu do Tribunal de Justiça é não ter sombreamento hora nenhuma, considerando que o sol ajuda a questão sanitária das praias.

Então, nossa convicção é essa. É sombra zero nas praias, hora nenhuma. Sombra, hora nenhuma. Só para deixar claro — entendeu, Claudio? — que não é *fake news*. Nossa posição é essa, de sombra zero nas praias, que coincide com a do desembargador Landin, que eu espero que seja confirmada.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Se Deus quiser, vereadora.

SRA. VEREADOR ALADILCE SOUZA (PCdoB): E o artigo cai, aí a Louos cai.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

E vamos ter que fazer várias derrubadas de prédio, porque tem uns prédios que hoje sombreiam... se a lei for retroativa, vamos derrubar um bocado de prédio. Mas é isso mesmo.

Há sobre a Mesa um requerimento de urgência, urgentíssima ao Projeto de Lei Complementar nº 04/2025, subscrito por um terço dos vereadores, nos termos do § 2º do Art. 118 do Regimento Interno, o qual submeto à aprovação dos pares.

No Plenário. Em votação. Aqueles que aprovam o requerimento de urgência, urgentíssima permaneçam como se encontram. Aprovado o requerimento, com os votos contrários da oposição.

Projeto de Lei Complementar nº 04/2025, de autoria do Executivo, que institui o Plano Diretor de Tecnologia da Cidade Inteligente de Salvador. Altera a denominação de Companhia de

Governança Eletrônica de Salvador, Cogel, e dá outras providências.

Com parecer conjunto favorável das Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento e Fiscalização; de Planejamento Urbano e Meio Ambiente; de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Relações Internacionais. Com votos em separado.

Há emendas sobre a Mesa? Não.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Para discussão. Queremos discutir.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Sem emendas sobre a Mesa. No Plenário. Em única discussão. V.Exa. vai discutir? Para discutir, a vereadora Aladilce e o vereador Sílvio Humberto.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Sílvio. Mais alguém?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Por dez minutos, vereadora Aladilce.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, esse projeto que vem à votação agora é um projeto que institui o Plano Diretor de Cidades Inteligentes. Então, só pela ementa, pela matéria, pelo conteúdo, a gente vê que ele tem relação direta com o tão famoso PDDU.

Então, mais uma vez, a gente se pergunta: por que essas matérias, esses assuntos, esses temas, que dizem respeito ao planejamento da cidade, estão sendo antecipados? Qual é a urgência que o prefeito Bruno Reis tem de ficar fatiando o PDDU? Como disse aqui o vereador Sílvio, que hoje está de vermelho. É como o vereador Sílvio Humberto falou: fatiando o PDDU.

Qual é a intenção do prefeito? Por que não estabelece o processo regular, legal, de revisão do PDDU? Esse PDDU que está aí, que ele diz que está bombando, esse PDDU precisa ser completamente alterado. Na verdade, nós precisamos de um novo PDDU.

A cidade mudou nesses últimos anos. Nós temos uma coisa realmente chamada revolução tecnológica, que deu uma mudança geral na cidade. Hoje, nós temos uma coisa chamada plataformas, a internet, esses recursos tecnológicos de internet modificaram muita coisa.

As cidades têm outra lógica, é claro, é óbvio. Então, o PDDU, nós precisamos de um novo PDDU, que seja adequado e esteja em sintonia com a realidade de hoje. Hoje, por exemplo,

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

nós temos tudo ‘uberizado’. Nós estamos vendo as mudanças e a repercussão dos aluguéis de Airbnb, por exemplo, no setor hoteleiro, que está atingindo aqui Salvador.

Hoje, nós estamos com a construção de centenas, milhares de unidades de apartamentos de 20 metros quadrados, até de 17 metros quadrados, vereador Julio. Para quê? Para especular. Não são construções para as pessoas morarem, nem para estabelecer escritório. Não é para isso. É para deixar lá fechado o imóvel, e as torres vão subindo na cidade, as torres vão subindo e a cidade vai esquentando e a gente vai virando um verdadeiro paredão na orla. É isso que está acontecendo nesta cidade.

Então, a cidade mudou, mudou. A tecnologia contribui para isso e nós realmente precisamos de adequar as cidades, o desenvolvimento da cidade tem que estar sintonizado com essas mudanças tecnológicas.

Mas, pergunto novamente, porque fazer isso descolado da discussão do PDDU? Este projeto que vem aqui sob o signo de Cidades Inteligentes, que altera a Cogel, presidida pelo nosso vereador Alberto Braga, este projeto poderia ser um capítulo do PDDU. Por que não? Poderia estar ali muito bem articulado com o debate de todas as áreas do PDDU, área da Saúde, da Educação, da Mobilidade Urbana, para a satisfação de Helio Ferreira. Em todos os aspectos cabem as questões que estariam aí neste Cidades Inteligentes.

Mas não, o prefeito descola isso e manda para cá. Parece assim Sílvio, que é para atender apenas uma ideia, uma proposta de alguém. Não parece que ele está pensando na cidade. Aliás, acho que não está, não. Se estivesse pensando na cidade como um todo, se estivesse com uma imagem objetiva do que é que quero para Salvador... eles falam em Salvador 500, não é? Mas não, ficam retalhando. É Salvador 500, mas fica mandando as coisas aos pedaços. E vem as emendas também. Depois vem a emenda, alguém fala "lembrei disso aqui", e manda uma emenda, e aí a Casa aceita as emendas.

Então, acho que a primeira coisa é esta: por que o prefeito Bruno Reis manda este projeto para cá e a gente vai aprovar aqui em caráter de urgência urgentíssima?

Primeiro que não é urgente; segundo, deveria ser um capítulo do PDDU e o prefeito estaria cumprindo a sua responsabilidade, a sua alternativa. E também este projeto se coloca como se fosse um instrumento a ordenar o próprio PDDU, e deve ser o contrário.

Então, é um projeto, Sr. presidente, que estabelece um Plano Diretor de Cidade Inteligente descolado do PDDU. Esta é uma observação que a gente faz assim logo de saída.

E também que é uma matéria de Planejamento Urbano. Se é matéria de Planejamento Urbano deveria...

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): V.Exa. está discutindo qual projeto, vereadora?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Cidade Inteligente, Cidade Inteligente. É porque tem a ver, quando a gente vai ler o projeto, a gente vê que é uma matéria que está relacionada diretamente com o projeto. Ele fala até de Cogel e tal, mas quando a gente vai ver... É porque a forma, presidente, como mandam para lá, até engana a gente mesmo, engana, engana. São estes os artifícios, os artifícios que o lado de lá usa para nos colocar em uma urgência que não existe.

Mais uma vez: o Conselho da Cidade não foi ouvido, vereador Palhinha, V.Exa. que é um vereador aqui no quinto mandato. Ou sexto? Sexto? Estou no quinto, sou a vereadora com maior número de mandatos aqui, e V.Exa. esteve aqui em todos os mandatos. Em quase todos que estive V.Exa. esteve, e sabe da nossa preocupação com a democratização, com a escuta, da responsabilidade que nossos mandatos tem, que a gente não anda mentindo, não anda fazendo *fake News*. Quando a gente fala aqui é porque a gente quer o melhor para esta cidade, é porque nós temos responsabilidade com os nossos mandatos. Eu sei que V.Exa. também tem.

SR. VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (UNIÃO): Esqueceu de mim, não é, vereadora?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Mas é isso, o Conselho da Cidade deveria ser ouvido. Vou repetir 500 vezes: o Conselho da cidade deveria ser ouvido.

SR. VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (UNIÃO): Esqueceu de mim, vereadora?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Paulinho também. V. Exa. tem quantos mandatos?

SR. VEREADOR PAULO MAGALHÃES JÚNIOR (UNIÃO): Eu tenho sete.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Sete? É o mais velho da Casa, é o decano.

Pois é, V.Exa. sabe da seriedade, que a gente não anda fazendo *fake news* nem mentido. Quando a gente traz aqui, é porque a gente tem argumento, é porque eu prezo muito pelo debate, pela transparência, pelos princípios da administração pública. A gente quer ajudar o prefeito a não errar, ajudar o prefeito. Muitas vezes a crítica da gente é para que ele não cometa determinadas ilegalidades.

Então eu quero dizer, mais uma vez, que esta matéria não deveria ser votada da forma como está, deveria ser um capítulo do PDDU. O PDDU deveria já ter sido revisto aqui, na Casa, desde o ano passado. Mas, já que não foi no ano passado, deveria ser neste ano. A Prefeitura contratou a Fundação Getúlio Vargas,

com dispensa de licitação, por R$ 3,6 milhões, Palhinha. Para quê? R$ 3,6 milhões, sem licitação, para nada. Para nada!

Até agora nós não temos o projeto aqui para a gente submeter às audiências públicas. O presidente da Câmara se comprometeu com a população, com 20 audiências públicas. Lembram? Na primeira sessão da Câmara, neste ano, ele dizendo "vou fazer 20 audiências públicas". O presidente não conseguiu cumprir porque o prefeito não mandou o PDDU, até hoje.

SR. VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO): Está em tempo ainda, vereadora.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Próximo ano tem eleição. Você acha que ele vai mandar próximo ano?

SR. VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO): Vai.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Eu não acredito.

Isso é uma coisa muito séria, sabe? É uma coisa muito séria. A lei determina que seja de oito em oito anos, e ele não fez, ele está na ilegalidade. A gente precisa dizer isso aqui, todas as vezes que tivermos oportunidade.

Nós já deveríamos ter feito a revisão do PDDU, porque a cidade precisa, porque o Estatuto da Cidade exige, porque a Constituição Federal de 1988, que fez 37 anos semana passada, também estabelece. Portanto, quando a gente fala essas coisas é

para que a gestão pública, o Executivo, ajuste sua conduta e saia da ilegalidade.

Obrigado, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora Aladilce.

SR. VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO): Pela Ordem, presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR ORLANDO PALHINHA (UNIÃO)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **PELA ORDEM**.

Solicito prorrogação da sessão por duas horas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Prorrogada a sessão por duas horas.

Vereador Sílvio Humberto, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SÍLVIO HUMBERTO (PSB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Então, vamos nós, mais uma vez, tentar entender, decifrar, essa cidade. Cidade Inteligente, não; S*mart City*. Eu queria entender até por que não usa o nome Cidade Inteligente, porque deveria começar a "aportuguesar" o nome, para que as pessoas possam entender.

Eu acho que tem algumas questões que a gente poderia trazer aqui, Sr. presidente. Primeiro, qual é o custo disso? Quanto vai significar ao erário público, que anda cambaleando aí com as pernas? Nós vamos tomar empréstimo, para bancar as cidades inteligentes? A Cidade Inteligente deve exigir também algo que é dessa economia, a chamada economia do conhecimento. E como anda a desigualdade digital na nossa cidade? A *Smart City*, eu digo, a Cidade Inteligente vai melhorar a alfabetização digital dos nossos do povão? Ou você vai incluir aqueles *data centers*, que você vai colocar lá embaixo, no Salvador 500 ou Salvador 360? Salvador 500, desculpe-me, é o plano; o 360 é o local. Aí vai colocar no 360 lá? Porque você sabe que uma característica da tecnologia da informação é empregar pouca gente? E não vai empregar os nossos. E, ao chegar nesse lugar, o que os nossos

vão fazer? Vão ficar ali, na frente daqueles lugares com seus isopores, para poder ficar vendendo ali? É isso que vai acontecer?

Então, eu acho, vereadora Aladilce que, minimamente, uma discussão mais ampla nos levaria a apresentar algumas questões. Não é para ser contra a Cidade Inteligente por ser contra o projeto. Eu gostaria de entender os contrapesos que nós vamos oferecer, qual é a contrapartida. Você aparentemente integrar digitalmente os serviços públicos parece uma coisa bacana, mas agora o que aconteceu com a Amazon recentemente — acho que foi ontem —, que saiu um efeito dominó sobre vários lugares, a tal Cidade Inteligente que está sendo proposta aqui está pronta para um ataque cibernético? Não sei.

Eu gostaria até que se estivesse, porque vai ser aprovada aqui e, se for devidamente implementada, essa vai sobrar para todo mundo. Então, nessa discussão dessa infraestrutura, Salvador tem umas peculiaridades que vale sempre ressaltar. A gente não conseguiu resolver problemas do século 19, meu caro Hamilton, que é a inclusão do nosso povo, e já estamos dando um salto rumo à Cidade Inteligente, de se juntar a outras, tipo Singapura, se juntar aqui perto à Vitória, do Espírito Santo.

Você segue com a desigualdade muito grande, e aí você pega essa inovação, abraça, aperta essa inovação, e dá o salto, em tese, para o século 21, mas com as desigualdades e com o pé lá no século 19, com toda a herança escravista e racista que se

mantém o nosso povo, na sua grande maioria. Inclui-se digitalmente, mas se você imaginar a escala de inclusão do nosso povo, o povo negro e periférico dessa cidade, é baixíssimo, porque a desigualdade digital aqui é grande.

E, sinceramente, Sr. presidente, eu não sei se essa proposta de Cidade Inteligente... e aí a gente vai, como é que vai caminhar para gerar recursos, para gerar uma melhor qualidade do serviço público, mas, acima de tudo, trazer prosperidade para todo mundo? Ou vai ser mais uma política que vai servir aos interesses dos mesmos, feita com e para os mesmos nessa cidade? Eu, realmente, não consigo vislumbrar. Eu gostaria de fato ser convencido.

Se nós fizéssemos um exercício, basta aos colegas que estão nos celulares — eu fiz esse exercício ali, Sr. presidente, bem rapidamente —: quais são os problemas das cidades ditas *smart cities*? A IA? Não? A IA sabe, a IA "*I know*", ela disse assim, "tem esses e esses", só listando uma série de problemas que certamente não estão, não são e não têm sido considerados pelo projeto.

Então, aí eu volto para o nosso quadradinho aqui. Por que tanta pressa? Por que tanta pressa se é algo que... você não tem pressa para resolver desigualdades sociais da nossa cidade, mas acha que vai chegar ao século 21 com um nome bonito chamado *Smart City*. Pode ser só um nome, só mais uma grife.

E como é que vai se dar a proteção dos dados? Como é que vai se dar? Todo mundo criticava a questão do livro 1984, dali surge o grande irmão, o Big Brother, que era a questão da vigilância, mas na medida que você tem uma cidade *Smart City*, todos os nossos passos, todos os nossos movimentos estão sob vigilância, os nossos dados. E qual é a proteção que a Prefeitura vai dar? O que a Prefeitura também vai fazer com esses dados?

Eu li um artigo, Hamilton, há um tempo atrás, falando sobre a questão da contribuição da chamada taxa de iluminação, que não é taxa. Ele disse que a questão maior aqui não são os números de postos que a empresa vai contratar ao ganhar a licitação, mas o ouro da Babilônia, o ouro, a joia rara é justamente o acesso aos dados. Ali você consegue identificar em uma rua tal qual é a capacidade de consumo de uma determinada população, de um determinado bairro. Como é que vai se dar a proteção desses dados nessa visão de Cidade Inteligente?

Então, são alguns pontos que não me dão, Sr. presidente, a segurança. Você que está em casa, com o seu vereador aqui lhe representando, eu não tenho a menor segurança para votar em um projeto que minimamente não dialoga com questões fundamentais de proteção de dados, da vigilância, que não dialoga com a desigualdade digital. Nenhum desses dados são postos, e isso vai afetar todos nós. E mais, esse é o exemplo que

eu diria, daquela expressão que diz “o carro na frente dos bois, o carro na frente dos bois”. Por quê?

Concordo com a vereadora Aladilce. Deveríamos aqui estar discutindo o PDDU, que é o macro, e a decisão por adotar uma política de Cidade Inteligente ou da S*mart City* deveria passar minimamente por essa discussão do PDDU, porque ali é que a cidade vai dizer para onde vai, e não você colocar o carro na frente do boi. Aí vai ficar um puxando para o lado, o outro puxando para o outro. Aí você discute a Cidade Inteligente com o PDDU do século 20. Como é que vai se dar esse diálogo? Não tem diálogo.

E termina a gente aqui não dialogando com as questões fundamentais que compõem os problemas que são trazidos, que são reais, quando se adota uma política sem discussão, sem participação cidadã, que no meu entender só vai aprofundar as desigualdades sociais, as desigualdades raciais e a desigualdade digital na Cidade do Salvador.

Muito obrigado, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Eu que agradeço vereador Sílvio Humberto.

Encerrada a discussão. Em votação. Projeto de Lei Complementar nº 04/2025.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Para encaminhar, Sr. presidente.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para encaminhar a vereadora Aladilce.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, considerando que essa matéria é uma matéria que trata de aspectos urbanísticos da cidade, que não passou pelo Conselho da Cidade, que se encontra desativado e que deveria ser uma matéria que deveria ser encaminhada em um debate junto com o PDDU, eu encaminho para a bancada e peço aos demais vereadores e vereadoras que a gente vote contra esse projeto do Executivo.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO

ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Obrigado, vereadora.

Projeto de Lei Complementar nº 04/2025. Aqueles vereadores que aprovam o projeto permaneçam como estão. Aprovado. Encaminhado à Redação Final. Aprovado em Redação Final, com os votos contrários dos vereadores da oposição.

Projeto de Lei nº 396/2025, de autoria do Executivo. Altera e acrescenta o dispositivo de Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, Código Tributário e de Rendas do município de Salvador, à Lei nº 9.767, de 30 de novembro de 2026, Programa Renova Centro, e dá outras providências.

Com parecer favorável nas Comissões de Constituição e Justiça e Redação Final; de Finanças, Orçamento, Fiscalização; de Transporte, Trânsito e Serviços Públicos Municipais; e de Planejamento Urbano e Meio Ambiente. Com votos em separado.

Há emendas sobre a Mesa? Há cinco emendas sobre a Mesa.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Presidente, verificação de quórum, considerando que essa matéria é tributária.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Não entendi, vereadora.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Queria verificação de quórum, considerando que essa é uma matéria tributária.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Certo. É quórum de votação, vereadora. V.Exa. era para pedir o quórum quando... V.Exa. que pediu o quórum, aqui só precisa de 14 vereadores para ter a sessão. No momento da votação, se não obtiver os 29 votos, aí sim o projeto não é aprovado. Mas para continuar a sessão...

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Eu quero chamar atenção.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Então, pronto. Verificação de quórum, 1º secretário, vereador Kel Torres.

SR. VEREADOR SIDNINHO (PP): Pediu nominal?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Não. Verificação de quórum.

SR. VEREADOR KEL TORRES (REPUBLICANOS): Cadê a lista?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Não, não, não. Verificação de quórum, é só você olhar: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40 vereadores.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Obrigada.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Tem 40 vereadores.

Convido o presidente da Comissão de Constituição e Justiça para que possa dar o parecer, em conjunto, das emendas. Cinco emendas.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR VEREADOR SIDNINHO (PP)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA**.

Sr. presidente, cinco emendas apresentadas ao Projeto de Lei nº 396/2025.

Primeira emenda do vereador Daniel Alves, que modifica a redação do Art. 2º, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. Acrescenta os Art. 87-D e 103-A à Lei nº 7.186, de 27 de dezembro de 2006, com a seguinte redação:

Art.87-D. A base de cálculo na prestação de serviço dos subitens 9.01 e 9.02 da lista de serviço anexa a esta lei, compreende o somatório dos valores das hospedagens, seguro e taxa de limpeza, excluída a taxa de serviço de intermediação, esta última devida na sede da intermediadora apenas quando a sede desta não se der no município de Salvador, sob pena de lançamento arbitrado, adicionado de multa e juros, na forma do Código Tributário de Rendas do município de Salvador.

Suprimimos gorjeta por entendermos não ser necessário para a base de cálculo.

Outra emenda apresentada é a que acresce o seguinte dispositivo: O Polo Logístico de Valéria, Anexo II-A da Lei nº 9.767, de 30 de novembro de 2023, passa a vigorar na forma do anexo desta lei.

E a outra emenda, do Art. 21: ficam anistiados os débitos decorrentes de multas contratuais operacionais e regulatórias, aplicadas, respectivamente, pela Secretaria Municipal de Mobilidade e pela Agência Reguladora — Arsal, transitadas em julgada na instância administrativa até 31 de dezembro de 2025, às concessionárias e permissionários do serviço de transporte

público coletivo municipal por ônibus, nos modais convencional e complementar.

Emenda nº 4. O Art. 22, Inciso III, do PLE nº 396/2025, passa a ter a seguinte redação:

Art. 22 - III - não abrange multas aplicadas por infrações cometidas após a data da publicação desta lei, ainda que similares àquelas objeto de anistia.

Última emenda. As multas relativas a fatos ocorridos anteriormente, cuja constituição ainda não tinha sido efetivada até esta data, deverão transitar em julgado na instância administrativa até 31 de dezembro de 2025.

Todas as cinco emendas apresentadas, Sr. presidente, aprovadas por esse relator.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA**.

Colhendo votos na Comissão de Constituição e Justiça. Como vota a vereadora Aladilce Souza?

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Sr. presidente, eu quero dizer que eu estou tomando conhecimento dessas emendas agora e, por uma leitura, mesmo que eu tenha

ficado muito atenta, não dá para entender e nem para alcançar a consequência dessas emendas, o resultado prático.

Portanto, não tenho condição de votar favorável. Voto contrário a todas as emendas apresentadas.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Obrigado, vereadora.

Vereador Maurício Trindade.

SR. VEREADOR MAURÍCIO TRINDADE (PP): Com o relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Rodrigo Amaral.

SR. VEREADOR RODRIGO AMARAL (PSDB): Com o relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Julio Santos.

SR. VEREADOR JULIO SANTOS (REPUBLICANOS): Com o relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Duda Sanches.

SR. VEREADOR DUDA SANCHES (UNIÃO): Com o relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Vereador Omazinho.

SR. VEREADOR OMARZINHO GORDILHO (PDT): Com o relator.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e Redação Final.

No Plenário. Em única discussão. Para discutir, vereadora Aladilce, por dez minutos.

DISCURSO PROFERIDO PELOA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Sr. presidente, Srs. vereadores, Sras. vereadoras, vocês vão me perguntar por que toda hora ela sobe ali para discutir. Sabe por que, presidente? O prefeito resolveu mandar os projetos todos de vez no segundo semestre. Podia ter mandado no primeiro, pelo menos a gente ia ter um pouquinho de tempo mais e vocês não iam me ver tantas vezes dando voto. É a forma que a gente tem de, pelo menos, tomar conhecimento rapidamente das matérias.

E estou falando isso, presidente, não é apenas uma manifestação de protesto, mas é muito seriamente, são matérias muito complexas, são matérias que alteram diversas outras leis, são matérias que a gente, todos nós, não só a gente, não só eu, não só a gente da oposição, reivindica isso, tenho certeza. Está aqui o vereador Téo Senna, que é estudioso, gostaria de ter mais tempo para entender. Tenho certeza disso, tenho certeza disso.

Mas, infelizmente, nós somos obrigados a isso. O prefeito mandou, se não me engano, 20 projetos, mais ou menos isso, e todos os projetos, todos projetos complexos. Então, a única chance que a gente tem de falar alguma coisa, pelo menos de protestar, é essa, de subir aqui nos dez minutos. Antigamente era melhor, porque a gente tinha, cada vereador, 20 minutos. Eu já passei 72h aqui, discutindo, discutindo todo projeto, porque é o nosso papel.

A gente vem aqui para debater, o povo quer saber o que cada um de nós pensa sobre o que vem para essa Casa. E não estamos brincando. Não estou dizendo aqui que ninguém está brincando, mas me sinto na obrigação — especialmente porque nós somos minoria — de alertar, de apontar, de dizer que essas matérias são matérias que não podem ser votadas da forma como estão sendo votadas, reduzindo os interstícios, reunindo comissões conjuntas, porque o prefeito mandou tudo no segundo semestre, a partir do mês de agosto para cá. Agosto, setembro, estamos no meado de outubro, dois meses e meio para aprovar esses projetos todos, e projetos que deveriam ser matéria de PDDU, como nós já dissemos aqui.

Então, por isso que aproveito. Nós estamos aproveitando este pouquinho de tempo que a gente tem, para vir aqui dizer para a população que nós estamos fazendo nossa obrigação,

tentando convencer a Casa que nós não devemos votar determinadas matérias.

Este projeto, Sr. presidente, fala de tudo, é um projeto de vinte e tantos artigos, fala de fundo animal, fala do Renova Centro, mas tem um bocado de "jabutizinho" aí dentro, são matérias que não conversam uma com a outra. Um projeto, quando você tem a ementa do projeto, já deve ser um resumo do que tem dentro do projeto, nos artigos. Mas não, é uma colcha de retalho, que tem a pretensão de contribuir para a regeneração do Centro, mas fala de muitas coisas. Então, é um projeto que a gente precisava de mais tempo para discutir.

Eu subo aqui, principalmente para isso, para protestar, para dizer que a cidade também precisa ter acesso a toda esta discussão. Não são coisas menores, o Renova Centro, sem nenhum demérito a quem pensou nestas matérias, neste conteúdo, mas a gente precisa dar transparência. É princípio, é uma questão fundamental, é uma coisa sagrada, é uma ação que está intrinsecamente ligada com a missão desta Casa, que é ouvir a população, é dar voz, é dar voz ao povo e a gente aqui ser representante.

Então, para representar bem a população que votou em mim e quem não votou também, para nós representarmos bem, nós temos que ouvir. E qual foi o tempo que a gente teve? Nenhuma audiência pública sequer, também neste projeto. E é

um projeto importante, nós estamos falando do Renova Centro, o Renova Centro Histórico.

O prefeito, por mais bem votado que tenha sido, não tem o direito de decidir sozinho o que fazer com o Centro Histórico. Esse Centro Histórico que é da Cidade do Salvador, a cidade mais antiga do país, nasceu aqui. É a cidade mais negra do país, inclusive, fora da África. Mas, do jeito que o Centro Histórico está ficando, vereador Sílvio, corremos o risco de não ter uma baiana de acarajé aqui nesse Centro, Sr. presidente, de não ter uma roda de samba, de só ter grã-finos, só circularem por aqui grã-finos e quem pode pagar os restaurantes de alta gastronomia.

Eu espero que esse Renova Centro não passe pela privatização da Praça Municipal, não passe pela privatização do Elevador Lacerda, que agora tem um espaço lá chamado Conceito Lacerda, com propagandas. Já estão chamando para fazer os casamentos de alta. Já mostra lá dentro, tem departamento de tudo, de como vai ser a cama, como vai ser o *buffet*. É uma coisa chique, chique, que os pobres de Salvador, apesar do Elevador Lacerda ser um equipamento público, tombado pelo Unesco como patrimônio da humanidade, mas querem transformá-lo, Sr. presidente, em um patrimônio de poucos, que tem uma dona, inclusive.

Não só o Elevador, a Praça Municipal também, esse chão dessa praça. A praça mais antiga de poder do nosso país, que é

tombada também, que está, inclusive, cheia de uns trambolhos horrorosos, que eu não sei quem autorizou a botar uma cadeira do tamanho do mundo, botar uns chapéus horrorosos aí nessa praça. Essa praça que por si só é linda, essa praça que por si só tem de ser do povo. A Praça Municipal não pode ser propriedade de Andrea Velame nem de quem quer que seja. Nem o Elevador Lacerda! Eu estou indignada com isso, vereador Sidninho, e a gente não pode deixar.

Não é nada pessoal, mas a secretária da Fazenda, ontem, disse-me que deu uma autorização precária para ela, pagando um aluguel, e que vai abrir a licitação. Então, eu acho que a gente tem que se posicionar. Nós todos recebemos o voto desse povo desta cidade, não é para deixar que qualquer coisa ou que qualquer pessoa que dê na telha de fazer, possa fazer. Por que essa senhora chegou na Prefeitura e recebeu a autorização para alugar, para usar de forma precária — ainda que precária — o espaço do Elevador Lacerda?

Tiraram o escritório da ONU, que ficava lá, um órgão público importante — era o Leonel Leal até que era do escritório —, para colocar um cerimonial de alto luxo, para quem tem dinheiro para pagar casamentos, aniversários. Por quê? Baseado em que legislação ela conseguiu isso, vereador Sílvio? Diga-me.

SR. VEREADOR SIDNINHO (PP): Sr. presidente, fui citado.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Não, eu só fiz...

SR. VEREADOR SIDNINHO (PP): A gente tem que ter muito cuidado, vereadora.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Não, eu só estou chamando a atenção, não citei V. Exa. Então, eu retiro.

SR. VEREADOR SIDNINHO (PP): Por favor, em relação a Andrea Velame. Até porque a gente está vendo toda a transformação que o escritório vem passando e as melhorias.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Eu estou falando, porque ontem eu perguntei à secretária e ela me disse. Não estou falando nada escondido. Ela disse que tinha dado uma autorização precária para a utilização.

SR. VEREADOR SIDNINHO (PP): É com tempo determinado. Perfeito.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): V. Exa. não tem nenhuma responsabilidade. Eu só estou querendo entender. Eu falei e te citei, vereador, porque você estava olhando para mim, mas sem nenhum comprometimento de V.Exa.

Eu repito aqui: eu acho que a gente precisa saber sobre a legalidade dos processos. É só isso. Se tiver dentro da legalidade, tudo bem, mas a gente precisa saber. Tem incentivos, inclusive, incentivos financeiros para esses projetos, para pessoas que não participaram de licitação, que não participaram de concorrência

pública, que dá a todas as pessoas direitos iguais de concorrer, participar e usufruir.

Os equipamentos são públicos, o interesse público tem que prevalecer sobre o interesse coletivo. E eu acho que é isso que a gente precisa buscar, que a gente precisa cuidar nesta Casa.

Muito obrigada, Sr. presidente. Ainda faltam 12, 10, 9...?

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Para V.Exa., se quiser falar mais 20 minutos, está à disposição.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB):Não, Sr. presidente. Eu gostaria até, mas vamos cumprir o Regimento. Agradeço.

As coisas que eu estou dizendo aqui são porque eu sou uma vereadora que prezo muito pelo mandato, pelo que a gente faz nesta Casa. Eu quero ver a Câmara Municipal ser uma Câmara que realmente ouça o povo e que respeite a democracia, como tem sido. Cada vez mais a gente tem que buscar isso.

Muito obrigada, Sr. presidente.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Nós que agradecemos, vereadora Aladilce.

Encerrada a discussão. Em votação. Projeto de Lei nº 396/2025. Aqueles vereadores que aprovam o projeto permaneçam como se encontram. Aprovado o projeto, com o voto contrário da vereadora Aladilce, vereadora Eliete Paraguassu, vereador Helio, vereador Sílvio, vereador João Cláudio, vereador David, vereador Randerson, vereador Felipe e vereador Hamilton.

Há projetos de lei, na Ordem do Dia, do vereador André Fraga, que não esteve presente na última sessão que teve votação.

Projeto de Lei nº 211/2025, de autoria do vereador André Fraga. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 271/2023, de autoria do vereador André Fraga.

SR. VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL): Presidente, para declarar voto.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Não entendi, vereador. Declaração de voto? Qual o projeto?

SR. VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL): Eu estou votando contra o projeto do vereador André Fraga, em função da retirada, por uma emenda que foi adicionada ao projeto, que eu não concordo.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pode falar.

SR. VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL): Estou votando contra.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Pode declarar o voto.

SRA. VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB): Projeto de Lei nº 211, também voto contra.

SR. VEREADOR HAMILTON ASSIS (PSOL): É esse o mesmo projeto? É isso, é só isso. Só queria registrar o voto.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): V.Exa. vota contra. Obrigado, vereador.

Projeto de Indicação nº 271/2023, de autoria do vereador André Fraga. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 161/2024, de autoria do vereador André Fraga.

Diga, vereadora.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA CRIS CORREIA (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **PELA ORDEM.**

Pedir para retirar de pauta o Projeto de Indicação nº 287/2025, projeto esse que eu pedi para retirar de pauta na sessão na qual votamos os projetos indicados pelos vereadores, por acordo, presidente. Por gentileza.

SR. PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB): Retirado de pauta, vereadora Cris Correia.

SRA. VEREADORA CRIS CORREIA (PSDB): Obrigada.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Projeto de Indicação nº 161/2024. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 171/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 259/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 260/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 264/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 321/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 322/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 323/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 324/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 325/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Projeto de Indicação nº 338/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Projeto de Indicação nº 339/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovado.

Moção nº 189/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Moção nº 190/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Moção nº 244/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Moção nº 245/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Moção nº 246/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Moção nº 247/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Moção nº 248/2025. Em única discussão. Encerrada a discussão. Em votação. Os Srs. vereadores que concordam permaneçam como estão. Aprovada.

Praça Thomé de Souza, s/nº, Centro – Salvador – Bahia
CEP: 40.020-010 / Tel:. 3320-0116 / www.cms.ba.gov.br

Não havendo mais nada a ser discutido...

Pela Ordem, vereadora Aladilce.

DISCURSO PROFERIDO PELA **SENHORA VEREADORA ALADILCE SOUZA (PCdoB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **ORDEM DO DIA.**

Em relação ao Projeto de Lei nº 211, o projeto é um projeto bom de André, mas a alteração que foi feita por emenda traz complicações, permite vigilância de população vulnerável. E por isso a gente votou contra. A nossa bancada queria deixar isso registrado.

DISCURSO PROFERIDO PELO **SENHOR PRESIDENTE VEREADOR CARLOS MUNIZ (PSDB)** NA 71ª SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR DO DIA 22 DE OUTUBRO DE 2025 – **NA PRESIDÊNCIA.**

Com votação contrária, no Projeto de Lei nº 211, dos vereadores de oposição.

Não havendo mais nada a ser discutido, declaro encerrada a sessão, convocando a próxima para dia e horário regimental.